

LORENZETTI S/A INDÚSTRIAS BRASILEIRAS ELETROMETALÚRGICAS

C.N.P.J. nº 61.413.282/0001-43

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas, Em cumprimento ao que dispõe o Estatuto Social e em conformidade com exigência legal, a Diretoria da Lorenzetti S/A Indústrias Brasileiras Eletrometalúrgicas, tem a satisfação de submeter à apreciação de V. Sas. o Balanço Patrimonial e Demonstrativos Financeiros, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025. Esta Diretoria permanece ao inteiro dispor dos senhores acionistas para quaisquer esclarecimentos porventura necessários ao perfeito conhecimento das contas ora apresentadas.

São Paulo, 27 de Fevereiro de 2026

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (EM MILHARES DE REAIS)

Ativo	Notas	31/12/2025	31/12/2024	Passivo e patrimônio líquido	Notas	31/12/2025	31/12/2024
Ativo circulante				Passivo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	302.804	352.256	Empréstimos e financiamentos	11	152.628	100.987
Contas a receber de clientes	6	561.022	467.815	Fornecedores	10	69.244	45.502
Estoque	7	274.514	260.785	Obrigações com pessoal e encargos a pagar	12	97.352	88.209
Impostos a recuperar	8	10.648	6.998	Impostos e contribuições a recolher	13	160.302	113.852
Despesas antecipadas	–	14.700	6.349	Arrendamentos	14	21.224	17.566
Outros créditos	–	45.138	8.378	Dividendos	18.b	2.000	–
Total do ativo circulante		1.208.826	1.102.581	Adiantamentos de clientes	–	8.605	1.396
Ativo não circulante				Outras contas a pagar	16	17.353	10.343
Contas a receber de clientes	6	5.365	5.081	Total do passivo circulante		528.708	377.855
Depósitos restituíveis	–	779	829	Passivo não circulante			
Impostos a recuperar	8	3.468	1.950	Empréstimos e financiamentos	11	150.255	100.987
Imobilizado	9	373.256	364.025	Contingências	17	10.118	8.873
Intangível	–	8.242	6.556	Arrendamentos	14	37.357	54.700
Total do ativo não circulante		391.110	378.441	Impostos diferido	15.b	30.275	21.548
				Total do passivo não circulante		228.005	186.108
				Total do passivo e patrimônio líquido		1.599.936	1.481.022
				Patrimônio líquido			
				Capital social		750.000	750.000
				Reservas legal		91.752	67.317
				Reservas de lucros		1.471	99.742
				Total do patrimônio líquido		843.223	917.059
				Total dos passivos e patrimônio líquido		1.599.936	1.481.022

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (EM MILHARES DE REAIS)

	Notas	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros	Total do patrimônio líquido
Saldo em 1 de janeiro de 2024		750.000	48.781	403.329	1.202.110
Lucro líquido do exercício	–	–	–	370.730	370.730
Reserva legal	18.c	–	18.536	(18.536)	–
Distribuição de lucros	18.b	–	–	(493.557)	(493.557)
Juros sobre capital próprio	18.b	–	–	(74.176)	(74.176)
Dividendos propostos	18.b	–	–	(88.048)	(88.048)
Saldo em 31 de dezembro de 2024		750.000	67.317	99.742	917.059
Lucro líquido do exercício	–	–	–	488.702	488.702
Reserva legal	18.c	–	24.435	(24.435)	–
Distribuição de lucros	18.b	–	–	(374.459)	(374.459)
Juros sobre capital próprio	18.b	–	–	(72.012)	(72.012)
Dividendos propostos	18.b	–	–	(116.067)	(116.067)
Saldo em 31 de dezembro de 2025		750.000	91.752	1.471	843.223

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (EM MILHARES DE REAIS RS - EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

1. Contexto operacional

A Lorenzetti S/A Indústrias Brasileiras Eletrometalúrgicas ("Companhia"), sediada na Av. Presidente Wilson, 1230 - Moca, São Paulo - SP 03107-901, é uma indústria brasileira com mais de 100 anos de história, reconhecida por sua trajetória de inovação, pioneirismo e transformação. Líder no segmento de duchas, chuveiros, torneiras elétricas e aquecedores de água a gás, a Companhia se destaca também nos mercados de luvas, assentos, metais e plásticos sanitários, purificadoras de água, pressurizadoras e bombas. Atualmente, com cerca de 4,5 mil funcionários, cinco fábricas no Brasil, sendo quatro unidades no Estado de São Paulo e uma em Minas Gerais, a Lorenzetti está presente em milhões de lares brasileiros e em 40 países.

A Companhia se caracteriza por oferecer produtos de qualidade, design inovador, tecnologia e consciência ambiental, além de solidez financeira e reconhecimento junto a consumidores, clientes e fornecedores.

2. Base de preparação

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pela diretoria em 27 de fevereiro de 2026. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2. Moeda funcional de apresentação

Estas demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3. Uso de estimativas e julgamento

Na preparação destas demonstrações contábeis, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a) Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

• **Nota Explicativa nº 14** - prazo do arrendamento; se a Companhia tem razoavelmente certeza de exercer opções de prorrogação.

• **Nota Explicativa nº 3.6.1 c** - determinação da vida útil dos ativos imobilizados.

• **Nota Explicativa nº 6** - determinação da perda esperada de contas a receber de clientes.

• **Nota Explicativa nº 7** - reconhecimento e mensuração das estimativas para as perdas com produtos obsoletos e giro lento.

• **Nota Explicativa nº 17** - reconhecimento e mensuração de provisões e contingências; principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.

b) **Incertezas sobre premissas e estimativas**

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

• **Nota Explicativa nº 6** - mensuração de perda de crédito esperada para contas a receber; principais premissas na determinação da taxa média ponderada de perda; e

• **Nota Explicativa nº 17** - reconhecimento e mensuração de provisões e contingências; principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.

• **Nota Explicativa nº 6** - mensuração de perda de crédito esperada para contas a receber; principais premissas na determinação da taxa média ponderada de perda; e

• **Nota Explicativa nº 17** - reconhecimento e mensuração de provisões e contingências; principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.

• **Nota Explicativa nº 6** - mensuração de perda de crédito esperada para contas a receber; principais premissas na determinação da taxa média ponderada de perda; e

• **Nota Explicativa nº 17** - reconhecimento e mensuração de provisões e contingências; principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.

• **Nota Explicativa nº 6** - mensuração de perda de crédito esperada para contas a receber; principais premissas na determinação da taxa média ponderada de perda; e

• **Nota Explicativa nº 17** - reconhecimento e mensuração de provisões e contingências; principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.

• **Nota Explicativa nº 6** - mensuração de perda de crédito esperada para contas a receber; principais premissas na determinação da taxa média ponderada de perda; e

• **Nota Explicativa nº 17** - reconhecimento e mensuração de provisões e contingências; principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.

• **Nota Explicativa nº 6** - mensuração de perda de crédito esperada para contas a receber; principais premissas na determinação da taxa média ponderada de perda; e

• **Nota Explicativa nº 17** - reconhecimento e mensuração de provisões e contingências; principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.

• **Nota Explicativa nº 6** - mensuração de perda de crédito esperada para contas a receber; principais premissas na determinação da taxa média ponderada de perda; e

• **Nota Explicativa nº 17** - reconhecimento e mensuração de provisões e contingências; principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.

• **Nota Explicativa nº 6** - mensuração de perda de crédito esperada para contas a receber; principais premissas na determinação da taxa média ponderada de perda; e

• **Nota Explicativa nº 17** - reconhecimento e mensuração de provisões e contingências; principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.

• **Nota Explicativa nº 6** - mensuração de perda de crédito esperada para contas a receber; principais premissas na determinação da taxa média ponderada de perda; e

• **Nota Explicativa nº 17** - reconhecimento e mensuração de provisões e contingências; principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.

• **Nota Explicativa nº 6** - mensuração de perda de crédito esperada para contas a receber; principais premissas na determinação da taxa média ponderada de perda; e

• **Nota Explicativa nº 17** - reconhecimento e mensuração de provisões e contingências; principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.

• **Nota Explicativa nº 6** - mensuração de perda de crédito esperada para contas a receber; principais premissas na determinação da taxa média ponderada de perda; e

• **Nota Explicativa nº 17** - reconhecimento e mensuração de provisões e contingências; principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.

• **Nota Explicativa nº 6** - mensuração de perda de crédito esperada para contas a receber; principais premissas na determinação da taxa média ponderada de perda; e

• **Nota Explicativa nº 17** - reconhecimento e mensuração de provisões e contingências; principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.

• **Nota Explicativa nº 6** - mensuração de perda de crédito esperada para contas a receber; principais premissas na determinação da taxa média ponderada de perda; e

• **Nota Explicativa nº 17** - reconhecimento e mensuração de provisões e contingências; principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.

• **Nota Explicativa nº 6** - mensuração de perda de crédito esperada para contas a receber; principais premissas na determinação da taxa média ponderada de perda; e

• **Nota Explicativa nº 17** - reconhecimento e mensuração de provisões e contingências; principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.

• **Nota Explicativa nº 6** - mensuração de perda de crédito esperada para contas a receber; principais premissas na determinação da taxa média ponderada de perda; e

• **Nota Explicativa nº 17** - reconhecimento e mensuração de provisões e contingências; principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.

• **Nota Explicativa nº 6** - mensuração de perda de crédito esperada para contas a receber; principais premissas na determinação da taxa média ponderada de perda; e

• **Nota Explicativa nº 17** - reconhecimento e mensuração de provisões e contingências; principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.

• **Nota Explicativa nº 6** - mensuração de perda de crédito esperada para contas a receber; principais premissas na determinação da taxa média ponderada de perda; e

• **Nota Explicativa nº 17** - reconhecimento e mensuração de provisões e contingências; principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.

• **Nota Explicativa nº 6** - mensuração de perda de crédito esperada para contas a receber; principais premissas na determinação da taxa média ponderada de perda; e

• **Nota Explicativa nº 17** - reconhecimento e mensuração de provisões e contingências; principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.

• **Nota Explicativa nº 6** - mensuração de perda de crédito esperada para contas a receber; principais premissas na determinação da taxa média ponderada de perda; e

• **Nota Explicativa nº 17** - reconhecimento e mensuração de provisões e contingências; principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.

• **Nota Explicativa nº 6** - mensuração de perda de crédito esperada para contas a receber; principais premissas na determinação da taxa média ponderada de perda; e

• **Nota Explicativa nº 17** - reconhecimento e mensuração de provisões e contingências; principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.

• **Nota Explicativa nº 6** - mensuração de perda de crédito esperada para contas a receber; principais premissas na determinação da taxa média ponderada de perda; e

• **Nota Explicativa nº 17** - reconhecimento e mensuração de provisões e contingências; principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.

• **Nota Explicativa nº 6** - mensuração de perda de crédito esperada para contas a receber; principais premissas na determinação da taxa média ponderada de perda; e

• **Nota Explicativa nº 17** - reconhecimento e mensuração de provisões e contingências; principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.

• **Nota Explicativa nº 6** - mensuração de perda de crédito esperada para contas a receber; principais premissas na determinação da taxa média ponderada de perda; e

• **Nota Explicativa nº 17** - reconhecimento e mensuração de provisões e contingências; principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (EM MILHARES DE REAIS)

	Notas	31/12/2025	31/12/2024
Receita operacional líquida	20	2.102.195	1.728.569
Custo dos produtos vendidos	21	(946.839)	(808.468)
Lucro bruto		1.155.356	920.101
Despesas com vendas	22	(292.114)	(264.353)
Despesas gerais e administrativas	23	(126.739)	(127.224)
Outras receitas	–	153	1.816
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras e impostos		736.656	530.340
Receitas financeiras	–	42.328	51.687
Despesas financeiras	–	(42.008)	(11.853)
Resultado financeiro, líquido	24	320	39.834
Resultado antes dos impostos e da participação sobre o lucro		736.976	570.174
Imposto de renda e contribuição social	15	(202.763)	(161.536)
Lucro antes da participação sobre o lucro		534.213	408.638
Participação sobre o lucro	25	(45.511)	(37.908)
Lucro líquido do exercício		488.702	370.730
Lucro por ação - básico	18.d	25.908	19.648

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (EM MILHARES DE REAIS)

	31/12/2025	31/12/2024
Lucro líquido do exercício	488.702	370.730
Outros resultados abrangentes	–	–
Resultado abrangente total	488.702	370.730

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis

manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou vendas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da saída de ativos;

• Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;

• Os riscos que afetem o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;

• Como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e

• A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o "principal" é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os "juros" são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

• Eventos contábeis que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa;

• Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;

• O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e

• Os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratados como parte do principal e de juros sobre o valor justo do pré-pagamento por insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros - mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR



Demonstrações Financeiras 2025

Lorenzetti S/A Indústrias Brasileiras Eletrometalúrgicas

www.lorenzetti.com.br

★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (EM MILHARES DE REAIS R\$ - EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Companhia utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação. Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Companhia mensura ativos com base em preços de venda e passivos com base em preços de venda. A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a Companhia determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

4. Novos pronunciamentos técnicos adotados, a partir de 01 de janeiro de 2026

(i) Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas pelo CPC, e ainda não adotadas pela Companhia:

Normas	Descrição	Aplicação obrigatória: Exercícios anuais com início em ou após
IFRS 18 / CPC51	Apresentação e divulgação das Demonstrações contábeis	1º de janeiro de 2027 (*)
Alterações à IFRS 9 / CPC 48 e IFRS 7 / CPC 40 (R1)	Instrumentos financeiros - divulgação	1º de janeiro de 2026
IAS 21/CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis	Preveem a aplicação de abordagem consistente ao avaliar se uma moeda pode ser convertida por outra moeda, além de novas orientações quanto à mensuração e divulgação em contextos nos quais a moeda não seja considerada conversível.	1º de janeiro de 2025
OCP 10 - Créditos de Carbono (iCO2e), Permissões de emissão (allowances) e Crédito de Descarbonização (CBI0)	Orientações para o reconhecimento, mensuração e divulgação de créditos de carbono e emissões e créditos de descarbonização a serem observadas pelas entidades na origem e aquisição, para cumprimento de metas de descarbonização (apossentadoria) ou negociação, bem como para dispor sobre os passivos associados.	1º de janeiro de 2025

(*) A Companhia não pretende adotar a IFRS 18/CPC 51 antecipadamente e está atualmente avaliando o impacto em suas demonstrações contábeis.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2025	31/12/2024
Caixa e depósitos bancários	21.363	13.021
Aplicações financeiras	281.441	339.235
Total	302.804	352.256

As aplicações financeiras da Companhia são prontamente conversíveis em um montante conhecido como caixa e equivalente de caixa, com alta liquidez e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. A Companhia não possui aplicações financeiras de longo prazo. A remuneração média anual foi de 102,07% do CDI em 2025 e 102,30% em 2024.

6. Contas a receber de clientes

Composição do contas a receber de clientes	31/12/2025	31/12/2024
Clientes nacionais	545.396	440.324
Clientes internacionais	23.972	34.467
Total	569.368	474.791
Perdas Esperadas com Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD)	(2.981)	(1.895)
Total do contas a receber de clientes	566.387	472.896
Ativo circulante	561.022	467.815
Ativo não circulante (a)	5.365	5.081

(a) Os valores registrados no ativo não circulante referem-se a créditos de clientes que atualmente estão em processo de recuperação judicial. A administração da Companhia realizou uma análise da recuperabilidade desses valores, considerando os planos de recuperação apresentados, o histórico de relacionamento com os clientes e outras informações relevantes. Com base nessa avaliação, a administração entende que os créditos serão liquidados ao longo do tempo, conforme os termos estabelecidos nos respectivos planos de recuperação judicial. Dessa forma, a Companhia optou por não constituir provisão para créditos de liquidação duvidosa (PECLD) neste momento.

Composição do contas a receber de clientes por idade de vencimento

A vencer	31/12/2025	31/12/2024
Vencidos	555.589	463.148
Até 30 dias	7.509	3.149
31 a 90 dias	2.407	672
Há mais de 91 dias	3.863	7.822
Total	569.368	474.791

Movimentação das perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa durante os exercícios

Saldo em 31 de dezembro de 2023	31/12/2025	31/12/2024
(-) Constituição das perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa	6.093	(1.326)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	(1.895)	(569)
(-) Constituição das perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa	(1.066)	(1.066)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	(2.961)	(2.961)

No exercício de 2025, o valor das perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa - PECLD do contas a receber, afetando o resultado do exercício líquido de adições e reversões foi de R\$ 1.086 (R\$ 569 em 2024).

7. Estoques

	31/12/2025	31/12/2024
Matéria Prima	50.301	34.599
Componentes Comprados	48.695	40.536
Produtos em Elaboração	34.787	21.253
Produtos Acabados	84.159	93.683
Produtos para Revenda	26.681	21.555
Importações em Andamento	—	20.646
Embalagem e Material Auxiliar Produção	29.891	23.513
Total	274.514	260.785

Os estoques de produtos acabados e os de produtos em elaboração foram avaliados pelos custos de absorção na produção e, os de matéria-prima avaliados pelo custo médio de aquisição, os quais não superam os preços de mercado. Quando necessário, os estoques são deduzidos de provisão pelo valor realizável, constituída em casos de desvalorização de estoques, obsolescência de produtos e perdas de inventário físico. Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 a Administração não identificou indícios de perdas nos Estoques.

8. Impostos a recuperar

	31/12/2025	31/12/2024
IPI	6.729	4.292
ICMS	1.294	1.438
PIS e Cofins	14.116	8.948
Total	10.648	6.998
Ativo circulante	3.468	1.950
Ativo não circulante	—	—

9. Imobilizado

	Taxa de depreciação a.a.		Custo de aquisição		Depreciação acumulada		Valor líquido	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Terenos	—	15,136	—	15.136	—	15.136	—	15.136
Edificações	4%	—	20.897	47.830	(20.897)	(47.830)	—	—
Beneficiárias propr. terceiros	—	—	(13.079)	17.915	(13.079)	(17.915)	—	—
Instalações diversas	10 e 20%	—	(13.684)	16.163	(13.684)	(16.163)	—	—
Máquinas e equipamentos	10 e 20%	—	(241.658)	154.829	(241.658)	(154.829)	—	—
Ferramentas e matrizes	33,33%	—	(129.050)	46.175	(129.050)	(46.175)	—	—
Móveis e utensílios	10 e 20%	—	(13.656)	10.301	(13.656)	(10.301)	—	—
Equipamentos de informática	20%	—	15.319	5.546	(9.773)	(5.546)	—	—
Veículos	20%	—	6.066	3.372	(2.694)	(3.372)	—	—
Imobilizado em andamento	20%	—	—	—	—	—	—	—
Direito de Uso - Imóveis	20%	—	99.657	52.023	(47.634)	(52.023)	—	—
Total	—	—	865.371	(492.115)	373.256	364.025	—	—

o movimento do imobilizado é conforme segue:

Custo de aquisição	01/01/2024	Adições	Baixas	Transferências	2024	Adições	Baixas	Transferências	2025
Terenos	15.136	—	—	—	15.136	—	—	—	15.136
Edificações	61.080	7.479	(3)	—	68.556	15	—	—	68.717
Beneficiárias propr. Terceiros	25.041	2.270	—	(37)	27.274	—	—	—	34.787
Instalações diversas	25.356	1.425	(28)	29	26.782	22	—	—	39.647
Máquinas e equipamentos	355.030	8.210	(3.177)	—	360.063	36.028	(848)	—	396.487
Ferramentas e matrizes	162.436	1.593	(1.873)	—	162.156	8.780	(848)	—	154.829
Móveis e utensílios	21.036	1.653	(108)	8	22.589	1.177	(13)	—	20.357
Equipamentos de informática	13.355	2.160	(130)	—	15.385	1.411	(1.477)	—	10.301
Veículos	4.468	1.151	(153)	—	5.466	1.516	(916)	—	6.066
Imobilizado em andamento	9.603	44.803	(29.404)	—	24.902	11.116	(19.998)	—	5.546
Direito de Uso - Imóveis	28.463	66.138	—	—	94.601	5.056	—	(12.654)	99.657
Total de custo de aquisição	721.004	136.882	(34.876)	—	823.010	65.121	(22.760)	—	865.371
Depreciação acumulada	(18.511)	(1.027)	3	—	(19.535)	(1.352)	—	—	(20.887)
Beneficiárias propr. Terceiros	(11.948)	(508)	—	—	(12.456)	(623)	—	—	(13.079)
Instalações diversas	(12.654)	(406)	28	—	(13.102)	(592)	—	—	(13.684)
Máquinas e equipamentos	(230.688)	(6.657)	3.001	—	(234.344)	(7.993)	679	—	(241.658)
Ferramentas e matrizes	(126.551)	(1.987)	1.867	—	(126.671)	(2.387)	8	—	(129.050)
Móveis e utensílios	(12.525)	(582)	101	—	(13.006)	(661)	11	—	(13.656)
Equipamentos de informática	(8.936)	(1.068)	117	—	(9.887)	(1.168)	1.302	—	(9.773)
Veículos	(9.040)	(18.224)	152	—	(2.720)	(191)	217	—	(2.694)
Direito de Uso - Imóveis	—	—	—	—	(27.264)	(20.370)	—	—	(47.634)
Total de depreciação acumulada	(433.585)	(30.669)	5.269	—	(458.985)	(35.347)	2.217	—	(492.115)
Total do imobilizado, líquido	287.419	106.213	(29.607)	—	364.025	29.774	(20.543)	—	373.256

10. Fornecedores

	31/12/2025	31/12/2024
Fornecedores Nacionais	68.071	45.442
Fornecedores diversos estrangeiros	1.173	60
Total	69.244	45.502

São obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal do negócio, sendo classificadas como passivos circulantes, se o pagamento for devido no período de um ano. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, não há saldo junto a fornecedores a serem classificados como passivo não circulante.

11. Empréstimos e financiamentos

	Moeda	Taxa contratual a.a.	Vencimento	31/12/2025	31/12/2024
Debêntures (1)	R\$	100% DI + 0,70% Nov. 2026	152.628	201.974	
Finame (2)	R\$	9,47% + 0,30% Jan. 2027	150.255	201.974	
Total			302.883	403.948	
Passivo circulante			152.628	100.987	
Passivo não circulante			150.255	100.987	

(1) Histórico das debêntures
Em 19 de novembro de 2024 a Companhia assinou o instrumento particular de escritura da 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quinquagratária, em série única, para distribuição pública, sob o rito de registro automático. Por se tratar de distribuição pública sob o rito de registro automático de distribuição, a Oferta foi objeto de registro na ANBIMA. O valor total da Emissão foi de R\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais) na Data de Emissão ("Valor Total da Emissão"). O valor nominal unitário das Debêntures foi de R\$ 1.000,00 (um mil reais), na Data de Emissão ("Valor Nominal Unitário").
As Debêntures são simples e, portanto, não serão conversíveis em ações de Emissão Companhia.
Os recursos líquidos obtidos pela Companhia com a emissão das Debêntures serão destinados exclusivamente para gestão ordinária dos negócios, incluindo, mas não se limitando, ao reforço de caixa, à distribuição de dividendos, à aquisição de Companhias e à compra de ativos.
Por força de aditivo contratual datado em 14 de novembro de 2025 o valor principal da parcela (R\$ 50.000.000,00) que venia em 15 de novembro de 2025, teve o vencimento prorrogado para 15 de novembro 2026, sendo quitado os juros incidentes até a data do vencimento. O respectivo aditivo contratual não alterou as demais cláusulas previstas no contrato original.
Covenants (vencimento antecipado)
Os covenants atreladas às debêntures são referentes a:
(i) falta de cumprimento pela Companhia, no prazo e pela forma devidos, de qualquer obrigação não pecuniária prevista na Escritura de Emissão;
(ii) se a Companhia sofrer legítimo protesto de título por cujo pagamento seja responsável, ainda que na condição de garantidor, em valor agregado igual ou superior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), salvo se no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados do conhecimento pela Companhia de referido protesto, esta tenha tomado todas as medidas cabíveis e comprovado ao (Agent) se Fidejuciar que o protesto (a) foi sustado ou cancelado; ou (b) teve os seus efeitos suspensos por decisão judicial dentro do prazo legal;
(iii) se houver mudança ou alteração do objeto social e/ou atividades realizadas pela Emissora, conforme disposto em seu estatuto social, vigentes na Data de Emissão, de forma a alterar as atividades preponderantes por ele praticadas ou agregar a essas atividades novas negócios;
(iv) se houver a cessão, venda, alienação e/ou qualquer outra forma de transferência, gratuita ou onerosa, pela Companhia (a) de bens inscritos no respectivo ativo imobilizado cujo valor corresponda a mais do que 10% (dez por cento) do valor do ativo imobilizado nas demonstrações contábeis auditadas do exercício social anterior; ou (b) de ativos e/ou participações societárias em subsidiária e/ou controladas que gerem, de forma individual ou agregada, mais do que 10% (dez por cento) da receita líquida da Emissora, considerando um período de 12 (doze) meses findo na data-base das respectivas demonstrações contábeis consolidadas mais atuais disponíveis;
(v) não obtenção, não renovação, cancelamento, revogação, suspensão, caducidade, extinção ou interdição das autorizações, concessões, alvarás e/ou licenças necessárias para a atividade da Companhia, inclusive, sem limitação, as ambientais, conforme aplicável, exceto se, dentro do prazo de 5 (cinco) Dias Úteis a contar da data de tal não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão, a Emissora comprovare ao Agente Fiduciário a existência de provimento jurisdicional autorizando a regular continuidade das atividades até a renovação ou obtenção da referida licença, alvará ou autorização e cuja ausência não possa causar um Efeito Adverso Relevante (conforme definido adiante);
(vi) se a Companhia inadimplir quaisquer financiamentos ou instrumentos representativos de dívida no mercado financeiro superiores a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), ou seu equivalente em outras moedas;
(vii) desapropriação, confisco, arresto, sequestro ou qualquer outro ato de cunho expropriatório emanado de qualquer entidade governamental brasileira, que resulte na perda, pela Companhia, da propriedade e/ou da posse direta ou indireta de seus ativos em valor, individual ou agregado, superior a 10% (dez e cinco por cento) do ativo conforme demonstrações contábeis auditadas do exercício social anterior;
(viii) descumprimento, pela Companhia, de decisão ou sentença judicial, administrativa ou arbitral condenatória;
(ix) se, a partir da Data de Emissão, a Companhia conceder mútuos, empréstimos ou empréstimos com avulsos, para os seguintes fins:
(a) quaisquer sociedades terceiras, fora do grupo econômico a que pertence a Companhia;
(x) não utilização, pela Companhia, dos recursos líquidos obtidos com a Emissão conforme o disposto na Escritura de Emissão e/ou utilização, pela Companhia, dos recursos líquidos obtidos com a Emissão em atividades ilícitas e em desconformidade com as leis, regulamentos e normas relativas à proteção ao meio ambiente, ao direito do trabalho, à segurança e saúde ocupacional, além de outras normas que lhe sejam aplicáveis em função de suas atividades;
(xi) redução do capital social da Companhia, exceto para absorção de prejuízos;
(xii) questionamento judicial desta Escritura de Emissão e/ou qualquer documento da Oferta por terceiros;
(xiii) existência, contra a Companhia, suas Afiliadas e respectivos administradores e funcionários, no exercício de suas funções, de investigação, inquérito, processos judiciais, administrativos e/ou arbitrais, conforme aplicável, (i) relacionados a: (a) emprego de trabalho escravo ou infantil; (b) provento criminoso da prostituição; (c) infração às Leis Anticorrupção; e (d) crimes ambientais; ou (2) em valor, individual ou agregado, igual ou superior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais);
(xiv) descumprimento, pela Companhia, da seguinte relação: Dívida Líquida/EBITDA, a ser verificada a partir do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 e até a Data de Vencimento, com base nas demonstrações Contábeis auditadas. A relação Dívida Líquida/EBITDA deve ser menor ou igual a 2,0x;
Relação dívida líquida/EBITDA
31/12/2025 31/12/2024
Dívida Líquida (I) 58.660 (78.016)
EBITDA (II) 725.273 524.694
Relação Dívida Líquida/EBITDA 0,08 (0,15)
(I) Significa, soma dos empréstimos e financiamentos de curto e longo prazos, incluindo títulos descontados com regresso e antecipação de recebíveis, fianças e avais prestados em benefício de terceiros, leasing financeiro; títulos de renda fixa não conversíveis frutos de emissão público ou privada, nos mercados local ou internacional e passivos decorrentes de instrumentos financeiros - Derivativos subtraído de Caixa e equivalentes de caixa, conforme demonstrado a seguir;
Reconciliação de dívida liquidada
31/12/2025 31/12/2024
Reconciliação de dívida liquidada
Empréstimos e financiamentos (CP+LP) 302.883 201.974
Arendamentos (CP+LP) 58.581 72.266
Total da dívida 361.464 274.240
Caixa e Equivalentes de Caixa 302.804 352.256
Dívida Líquida (a) 58.660 (78.016)
(a) A dívida líquida do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, está apresentada negativa em virtude do montante de caixa e equivalentes de caixa ser superior ao total da dívida.
(II) significa, resultado antes do imposto de renda e contribuição social, da depreciação e amortização, do resultado financeiro, do resultado não operacional, da equivalência patrimonial e da participação de acionistas minoritários, conforme demonstrado a seguir;
Reconciliação do EBITDA
31/12/2025 31/12/2024
Lucro líquido do exercício 488.702 370.730
(+) Imposto de renda e contribuição social 202.763 161.536
(-) Resultado financeiro, líquido (320) (39.834)
(+) Depreciação e amortização 34.128 32.262
EBITDA 725.273 524.694

(2) Histórico Finame

Em 16 de dezembro de 2025, a Companhia formalizou a contratação de financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, por meio de Cédula de Crédito Bancário (CCB) emitida na modalidade BNDES FINAME - Materiais Industrializados, operada pelo Itaú Unibanco S.A.
A operação totaliza R\$ 150.000.000,00, destinados exclusivamente à aquisição de materiais industrializados, conforme regras da linha Finame e observância das políticas socioambientais e regulatórias do BNDES.
O contrato possui vencimento em 15 de janeiro de 2027, com amortização em parcela única.
A remuneração do financiamento está estruturada da seguinte forma:
• TLP - Taxa de Longo Prazo: 7,82% ao ano (0,6294% ao mês), calculada conforme metodologia definida pelo BNDES;
• Remuneração do BNDES: 1,15% ao ano;
• Remuneração do Agente Financeiro (Itaú): 0,50% ao ano.
A movimentação dos Empréstimos é conforme segue:

	31/12/2025	31/12/2024
Saldo no início do exercício	201.974	—
Captações	150.000	200.000
Pagamentos de principal + juros	(73.638)	—
Juros incorridos	24.547	1.974
Saldo no final do exercício	302.883	201.974

A composição das parcelas em 31 de dezembro de 2025 por ano de vencimento, é demonstrada a seguir:

	31/12/2025	31/12/2024
2026	152.628	—
2027	150.255	—
Total	302.883	—

12. Obriga

LORENZETTI

INOVAÇÃO QUE DESAFIA O TEMPO

Demonstrações Financeiras 2025

Lorenzetti S/A Indústrias Brasileiras Eletrometalúrgicas
www.lorenzetti.com.br

★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (EM MILHARES DE REAIS R\$ - EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

As políticas e gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidos para identificar e analisar os riscos enfrentados pela Companhia, para definir limites e controles de riscos apropriados e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e os sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia, por meio de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, objetivam desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendem os seus papéis e suas obrigações.

(i) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes. O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito.

A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações contábeis foi:

Exposição de risco de crédito	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	5	302.804	352.256
Contas a receber de clientes	6	566.387	472.896
Total		869.191	825.152

Contas a receber

A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada cliente. Contudo, a administração também considera os fatores que podem influenciar o risco de crédito da sua base de clientes, incluindo o risco de não pagamento da indústria e do país no qual o cliente opera. A Companhia adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de seus clientes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto.

Caixa e equivalentes de caixa

A Companhia detém "Caixa e equivalentes de caixa" de R\$ 302.804 (R\$ 352.256 em 31 de dezembro de 2024).

O "Caixa e equivalentes de caixa" são mantidos com bancos e com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de rating. Não foram identificadas provisões para perdas sobre as aplicações financeiras nos exercícios.

(ii) Risco de mercado

Atrasos e falta de pagamento por parte dos clientes podem impactar negativamente o fluxo de caixa da Companhia, uma gestão eficiente das contas a receber é essencial para minimizar esse risco, garantindo que os clientes cumpram seus pagamentos dentro dos prazos acordados.

As flutuações nos preços de metais como aço, cobre e alumínio podem impactar significativamente os custos de produção. Se os preços dessas matérias-primas aumentarem, a Companhia pode enfrentar dificuldades para manter suas margens de lucro sem repassar os custos adicionais aos consumidores, o que pode afetar a competitividade no mercado.

Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia detém instrumentos financeiros derivativos para proteger riscos relativos a índices de inflação.

Os instrumentos financeiros derivativos (swap) são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data em que o contrato de derivativo é contratado, sendo reavaliados subsequentemente também ao valor justo. Derivativos são apresentados como ativos financeiros quando o valor justo do instrumento for positivo e como passivos financeiros quando o valor justo for negativo.

Em 31 de dezembro de 2025, as operações de swap apresentavam saldo líquido a pagar no valor de R\$31 (a Companhia não possuía operações com Instrumentos financeiros derivativos no exercício findo 31 de dezembro 2024).

Instituição	Ponta Ativa	Ponta Passiva	Data de início	Data de vencimento	Valor nominal contratado	Valor justo em 2025 (R\$)	Valor	
					Ativa	Passiva	MTM	
Contratos de Swap Itaú Unibanco S.A.	IPCA CDI (252 dias úteis), à razão de 100%		26/12/2025	15/01/2027	150.000	150.224	150.255	31

DIRETORIA

Aldo Alberto Lorenzetti
Diretor Presidente

Alexandre José Antonio Lorenzetti
Diretor

Eduardo José Coli
CEO

Sergio Duó De Oliveira Corrêa
Diretor Adm. Financeiro

Claudio Lourenço Lorenzetti
Diretor Industrial

Alexandre Luiz Tambasco
Diretor Comercial

CONTADOR

Roberto Mendes Seixas
TC - CRC - 1SP 147.819/O-9

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e Acionistas da **Lorenzetti S/A Indústrias Brasileiras Eletrometalúrgicas**
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Lorenzetti S/A Indústrias Brasileiras Eletrometalúrgicas (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem

Análise de sensibilidade

As aplicações financeiras estão referenciadas pela taxa dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI) entre outros, as debêntures a (CDI) + Spread 0,70% e o Finame (CDI) + Spread 0,30%. A análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto no resultado em função da variação de cada risco destacado.

No quadro a seguir foi considerado o cenário dos indexadores com a exposição aplicável da flutuação do CDI, baseado em análise do índice, para as aplicações financeiras e debêntures, utilizando fundamentalmente o cenário razoavelmente possível considerado por instituições financeiras de primeira linha.

Aplicação financeira	Indexador	Taxa de juros a.a.	CDI 31/12/2025	Posição em 31 de dezembro de 2025	CDI de Exposição	
					Cenário razoavelmente possível	Cenário razoavelmente possível (CDI 12,75%)
Debêntures	CDI	102,3%	14,90%	281.441		(6.051)
Finame	CDI + Spread	100% + 0,70%	14,90%	(152.628)		3.282
Swap	CDI + Spread	100% + 0,30%	14,90%	(150.255)		3.230
Exposição, líquida	CDI	100%	14,90%	31		-
						461

27. Cobertura de seguros

A Companhia possui apólice de seguro contra incêndio e riscos diversos para cobertura dos bens do ativo imobilizado e dos estoques, os valores segurados são determinados e contratados com bases técnicas, e são considerados suficientes para a cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinistros.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações contábeis e, consequentemente, não foram objeto de verificação pelo auditor independente, quanto a suficiência das coberturas contratadas.

28. Transação não caixa

Em atendimento aos itens 43 e 44(a) do pronunciamento técnico CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, o quadro a seguir demonstra as alterações dos ativos e passivos provenientes das atividades de investimento e financiamento, decorrentes dos fluxos de caixa e de não caixa:

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Atividades de investimento		
Adoção inicial de direito de uso de ativos	5.056	66.138
Total	5.056	66.138
Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Atividades de financiamento		
Arrendamento a pagar	5.056	66.138
Total	5.056	66.138

29. Eventos subsequentes

A Administração está monitorando a implementação da Reforma Tributária Brasileira, que substitui tributos federais e subnacionais (PIS, Cofins, IPI, ICMS, ISS) por CBS e IBS, a partir de 2026. A Companhia está em processo de adaptação de seus sistemas e processos de conformidade fiscal para garantir a transição adequada, sem impacto relevante imediato nas demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025. A transição definitiva ocorrerá até o encerramento do exercício findo em 2033. Estudos preliminares indicam que o modelo de não cumulatividade "split payment" poderá influenciar as margens operacionais e o fluxo de caixa da Companhia a partir do exercício de 2027.

ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações, e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2026

Grant Thornton

Grant Thornton
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-025.583/O-1

Raphael Tonetto Rodrigues
Contador - CRC 1SP-307.040/O-0

Documento assinado digitalmente
conforme MP nº 2.200-2 de
24/08/2001, que institui a Infraestrutura
de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil



Certificado por Editora Globo SA
04067191000160 Pub: 03/03/2026

A autenticidade deste documento
pode ser conferida através do QR Code
ou pelo link

<https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2026/03/03/LORENZETTI1587911603032026.pdf>
Hash: 1772483640d3473ba79d0a41a5a533651ee2cf3344